

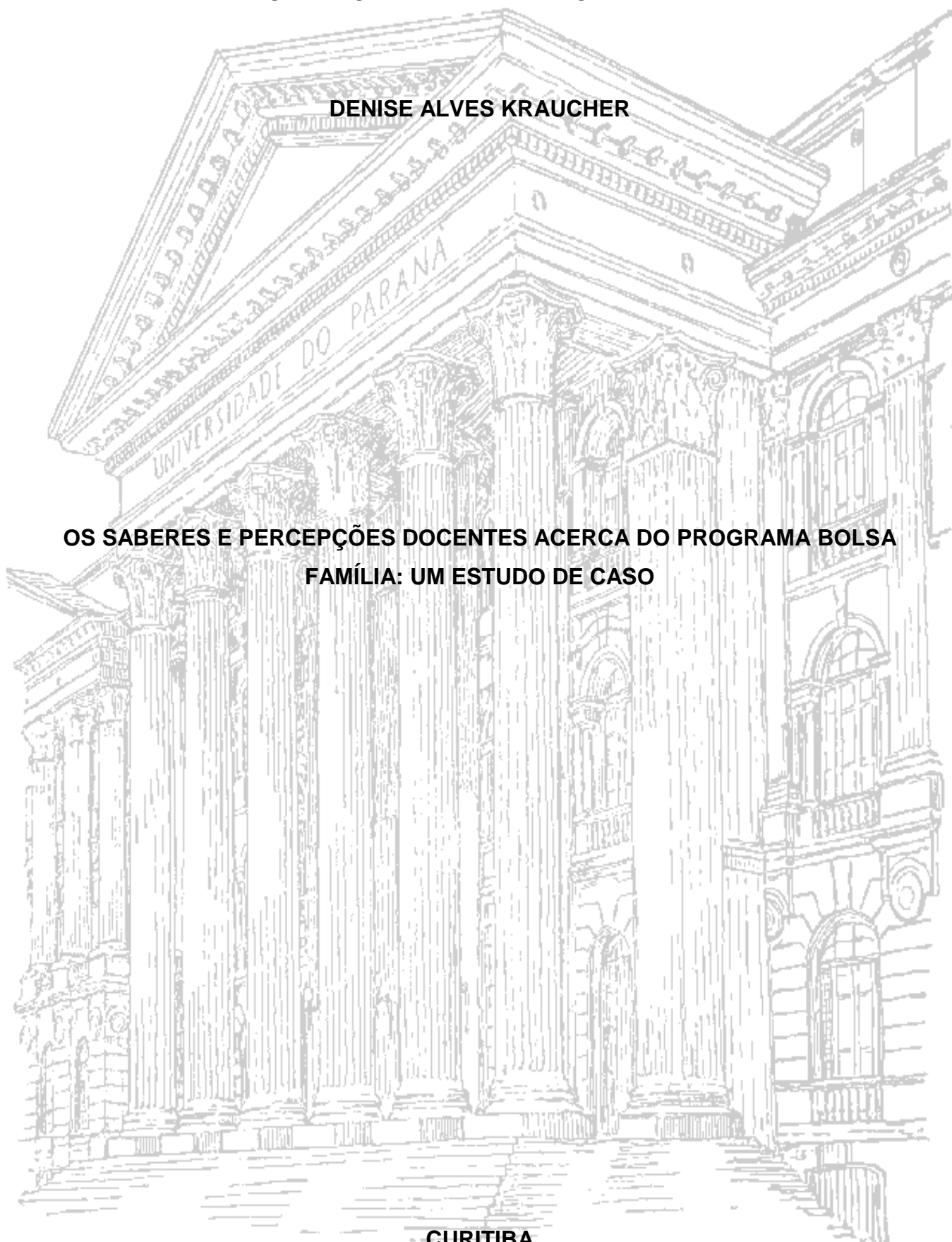
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**DENISE ALVES KRAUCHER**

**OS SABERES E PERCEÇÕES DOCENTES ACERCA DO PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO**

**CURITIBA**

**2016**



**DENISE ALVES KRAUCHER**

**OS SABERES E PERCEPÇÕES DOCENTES ACERCA DO PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Ires Aparecida Falcade

**CURITIBA**

**2016**

## **OS SABERES E PERCEPÇÕES DOCENTES ACERCA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO**

**DENISE ALVES KRAUCHER**

### **RESUMO**

O presente artigo trata sobre o tema das percepções docentes com relação ao Programa Bolsa Família, e de como eles relacionam o mesmo à aprendizagem e ao cumprimento da tentativa de manter todos os/as educandos e educandas em idade escolar regularmente matriculados e matriculadas, e ainda, atendendo aos preceitos de que é função social da escola ser um espaço de formação humana, e garantir que essa matrícula esteja atrelada às Políticas Públicas que incentivam não só o ato de estar na escola, mas à necessidade de buscar permanência e sucesso escolares. A metodologia da pesquisa foi desenvolvida através da consulta a referências atualizadas acerca do tema proposto (pesquisa bibliográfica de caráter explicativa e abordagem qualitativa) e também, através de pesquisa de campo e estudo de caso - ambas de caráter exploratório - verificada por meio de entrevista com dez educadores e educadoras do Colégio Estadual Bernardina Schleder, no município de União da Vitória - PR. Através da realização desta, pudemos compreender que há um percentual relativamente alto de educadores e educadoras que desconhecem a função social do Programa Bolsa Família, sabem pouco sobre as condicionalidades do mesmo, não o reconhecem como um Programa promotor na amenização das desigualdades sociais, e ainda, pouco compreendem sobre singularidades que temos no que diz respeito aos educandos e educandas na sua vida fora da escola, e que afetam direta e fortemente a aprendizagem destes.

**Palavras-chave:** Educação, Programa Bolsa Família, Percepções docentes.

### **1 INTRODUÇÃO**

Muitos são os conceitos (e preconceitos) sobre o Programa Bolsa Família por parte dos cidadãos e cidadãs brasileiras, em especial em um momento político tão intenso como o qual estamos atravessando, em que há múltiplas brigas partidárias e apartidárias solicitando para si o poder político e o direito de opinar sobre assuntos que, muitas vezes, não tem o conhecimento adequado.

Houve um tempo em que o Programa Bolsa Família recebia denominações até mesmo capciosas, e não é incomum ouvir, até mesmo de educadores e educadoras, que os/as contemplados/as com o benefício passaram a ser uma geração de “desocupados e desocupadas sustentados/as pelo governo”, ou que estamos ensinando uma geração sem ensiná-los a “pescar o próprio peixe”.

Contudo, com essa fala, que expressa relativo preconceito, despreocupação e desconhecimento das consequências da extrema pobreza e miséria com o contexto social no qual estão inseridas as pessoas beneficiárias deste Programa. Desconhecendo e se negando a perceber de como a pobreza extrema afeta profundamente a vida das pessoas que sobrevivem sob a sua égide, e isso não acontece somente dentro do ponto de vista material, mas também sua personalidade - distorcendo de forma intensa a autonomia moral e a visão que possuem de si mesmas. Ao mesmo tempo, os jovens e as jovens de hoje (nossos educandos e educandas), não tem a intenção de repetir as histórias de seus familiares, e querem ter outra forma de viver, que não os condicione a ser os novos e as novas miseráveis.

É de conhecimento geral, no entanto, que a pobreza poderia, de certa forma, condicionar alguns a serem menos instruídos, já que, por exemplo, as crianças, podem ser obrigadas a deixar a escola para trabalhar e ajudar no sustento da família. Essa falta de instrução corroboraria na perpetuação da pobreza, pois, sem estudar e qualificar-se, teriam poucas chances de adentrar o mundo do trabalho e mudar sua condição de vida. Tudo isso pode gerar uma exclusão dos cidadãos e cidadãs nas formas sociais e políticas, visto que as pessoas que estão à margem da sociedade poderiam ter diminuídas suas oportunidades de ter uma vida completamente digna, já que são diminuídas as suas capacidades de organização e quase nenhuma voz para protestar contra essa situação.

Diante disso, a compreensão sobre a promoção social que pretende alcançar o Programa Bolsa Família deve ser alvo de amplo debate e disseminação, tendo em vista que todos os agentes e as agentes envolvidas na educação fazem parte do processo de implementação deste benefício, e na realidade, o que se compreende é que os (as) docentes tem pouquíssimo conhecimento de qual é o seu papel na manutenção desta rede de cuidado com a pessoa enquanto indivíduo em uma sociedade que, de certa forma, o faz ficar à mercê da apropriação, até mesmo, de uma alimentação adequada, de um local adequado para habitar, de vestuário

adequado às condições climáticas do local onde reside, enfim, de bens que jamais podem ser chamados de supérfluos, e que fazem parte da dignidade humana.

O presente artigo será dividido, na parte do referencial teórico, em seções que abordarão releituras sobre a formação de docentes e pensamento sobre como se tem feito esta formação, uma breve explanação sobre o Programa Bolsa Família, e mais aprofundadamente, embasado principalmente em Leis mais atualizadas que trazem pressupostos interessantes sobre a perspectiva da Educação em Direitos Humanos, além das Leis primordiais que implantaram de forma institucionalizada os direitos em nosso país (Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude). Estes documentos imprimem à sociedade a responsabilidade em possibilitar aos nossos educandos e educandas acesso, permanência e sucesso escolar.

Além disso, a função dessa aplicação aconteceu para verificar como estão sendo compreendidas as Políticas Públicas por educadores e educadoras atuantes diretamente no “chão da escola”.

Foram aplicados dez questionários com professores e professoras, à partir dos quais surgiram observações bastante expressivas sobre a realidade da aplicação do Programa Bolsa Família nas escolas.

Para contextualizar, se faz necessário ressaltar que as atividades de pesquisa aconteceram no Colégio Estadual Bernardina Schleder, localizado na Rua Carlota Pioli, /nº, bairro Rio D´Areia, cidade de União da Vitória-PR. O Colégio atende a educandos e educandas de bairros de grande pobreza e vulnerabilidade social, e tem cerca de 50% (212 estudantes, dos 526 que são o total) de beneficiários do Programa Bolsa Família. Sendo assim, seria de grande importância que os profissionais da educação que ministram aulas neste estabelecimento conhecessem de forma mais intensa as intenções e o funcionamento do Programa.

## **2 EDUCAÇÃO NOS TEMPOS ATUAIS**

A educação brasileira está passando por momentos que provocam temores em muitos educadores e educadoras.

Estão previstas diversas mudanças que estão sendo impostas a ela através de Projetos de Emenda Constitucional, que preveem: a retirada de direitos

fundamentais dos e das docentes, mudança na estrutura da grade curricular do Ensino Médio, que suprime saberes que fomentam o pensar; Formação curricular “fechada” (na qual não se permite maior análise social por parte do/a estudante, já que se pretende suprimir as disciplinas da área de Ciências Humanas, como Filosofia e Sociologia); Retorno da Educação Profissionalizante nos moldes de um tecnicismo que nos remete à época da Ditadura Militar - que funcionava de forma concomitante ao Ensino Médio - entre outras diversas imposições que são feitas por quem somente acredita estar pensando na educação, mas que muitas vezes, não a vive no dia-a-dia (ou a vive no setor Privado, onde a educação é pensada com outro enfoque, diferente da escola pública).

Essas Leis que, se sancionadas, fomentarão ainda mais as dificuldades financeiras vividas pelas redes de Educação Públicas de nosso país, visam atender a uma lógica de mercado Capitalista, que busca uma sociedade, preferencialmente, desconhecadora de seus direitos, e que os auxilie cada vez mais a gerar capital visando o lucro exorbitante de alguns poucos em detrimento da exploração da mão de obra trabalhadora de muitos, não visa a redistribuição econômica, tampouco expressa respeito às diversidades, igualdade de oportunidades e muito menos justiça social.

Ainda, para aliar-se aos problemas acima expostos, temos cada dia mais, a percepção de que a educação tem perdido progressivamente seu poder de romper com o círculo vicioso que impregna sensações de aceitação com resignação da falta de consciência cidadã.

Acreditamos que isso decorre da falta de uma formação mais voltada a compreender o ser humano, alvo do trabalho do educador e da educadora, que deveria acontecer desde os Ensinos Fundamental e Médio, e mais especialmente, da formação acadêmica dentro das diversas licenciaturas, enfatizando o ensino-aprendizagem nas áreas da Psicologia, Filosofia, Sociologia, enfim, conhecimentos que servissem como subterfúgio às dificuldades encontradas dentro da tarefa de ensinar.

Dessa pouca formação humana, decorrem ainda problemas que tem arrasado a imagem da escola como sendo um lugar de convívio social, passando ela a ser um espaço de manifestação de problemas sociais que antigamente não eram vistos dentro das escolas, como a indisciplina, violência, bullying, entre outros, e que tem afetado até mesmo a saúde de alguns educadores e educadoras. De acordo com

isso, TARDIF et al. (1998, p. 8) explica que “os saberes das disciplinas curriculares e de formação profissional mantêm uma “relação de exterioridade”, ou alienação, porque já os recebe determinados em seu conteúdo e forma (...)”.

Todas essas situações expressas no parágrafo anterior acontecem também em virtude de mais um problema na formação inicial de professores e professoras: as licenciaturas ainda estão enquadradas em moldes da Pedagogia Tradicional, onde o/a estudante aprende “sentado, um atrás do outro, de preferência com a boca bem fechada”. Fiorentini (1998, p.311), explica que essa postura adotada pelos docentes acontece porque “na maioria das vezes, é decorrente de uma cultura profissional marcada pela racionalidade técnica que supervaloriza o conhecimento teórico ou pelo pragmatismo praticista ou atividade que exclui a formação e a reflexão teórica e filosófica”. Esse molde, porém, não considera que há uma dinamicidade da vida e das relações humanas do público que frequenta nossas escolas: As crianças, adolescentes e jovens, que estão em pleno momento de desenvolvimento - tanto físico como emocional, intelectual e relacional. Isto também desconsidera o acesso fácil as informações, descobertas e mudanças em ritmos da velocidade da luz. A escola permanece a mesma desde que foi criada, mas nossos/as estudantes já não são os mesmos/as. Viver a democracia e novos modelos de convivência humana e direitos humanos é preciso e necessário nos tempos atuais.

Essa afirmação corrobora com nossas ideias de que os educandos e educandas que atendemos hoje são completamente diferentes dos educandos e educandas que eram atendidos há alguns anos atrás, pois, vem de realidades sociais distintas, enfrentando dificuldades em seus lares, ou ainda, sequer tem um lar. Muitos dos docentes e das docentes ainda não se aperceberam dessa diferença, e cobram de seus educandos e educandas posturas que sequer lhes foram ensinadas. A escola passou a ser uma promotora de conhecimentos que os pais e as mães não estão prontos e prontas, muitas vezes, a dar aos seus filhos e filhas. Mas isso, via de regra, não é reconhecido pelos professores e professoras como sendo “seu papel”, e então, manifesta-se intensa contraposição por parte destes sobre qual seria a função de educar na Rede Pública nos nossos dias. Sobre isso, DAMASCENO E SILVA (1996, p. 20) defendem que:

pensar na formação do professor envolve, assim, capacitá-lo, dentre outras coisas, para lidar com o conflito resultante do confronto entre os saberes diversificados dos diferentes grupos sociais que frequentam a escola, e aquele saber sistematizado presente em um determinado momento histórico-social e que a escola se propõe a transmitir.

Diante dessa afirmação, é imprescindível adentrarmos na compreensão de que os conhecimentos dos e das docentes precisam abranger bem mais que o conhecimento técnico tão fortemente incentivado em várias universidades de nosso país, e perpassar para conhecimentos que permeiam as nossas escolas, e que afetam diretamente os seres humanos com os quais trabalhamos. É preciso compreender que a educação formal não pode estar desvinculada da vida e da humanidade de nossos/as estudantes. Nesta análise, compreendemos que aí se localiza o grande problema enfrentado pela educação: A “educação bancária” (FREIRE), que está tão impregnada nos moldes de educação que temos e que não inspira a criação, já que é somente um repasse de conhecimento que foi recebido de outrem, onde se perde a função social da educação: humanizar o ser.

Nesse sentido, os conhecimentos do verdadeiro sentido de Programas Sociais como o Programa Bolsa Família são fundamentais para que não cometamos injustiças nos discursos que proferimos dentro das escolas, que invalidam as tentativas de auxiliar a uma parte da sociedade que precisa – e muito - do subsídio governamental para sair do estado de miséria e exclusão social.

O Programa Bolsa Família (BRASIL, Corregedoria Geral da União 2012, p.9), é:

[...] um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e o Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004.

O PBF integra a estratégia FOME ZERO, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Em 2011, várias medidas para aumentar a efetividade do PBF começaram a ser implementadas. Essas inovações são voltadas principalmente à proteção das crianças, conforme os objetivos do Plano Brasil sem Miséria, tendo em vista que 40% dos brasileiros extremamente pobres têm menos de 14 anos. Assim, o Programa deverá incluir mais 800 mil famílias, sendo que o limite de filhos beneficiados por família aumentou de 3 para 5 crianças até 15 anos. Além disso, a nutriz e a gestante também receberão o benefício variável e será garantido o retorno ao Programa para quem solicitar desligamento voluntário.

Ainda, conforme nos explica o mesmo documento da Corregedoria-Geral da União (2012), o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família está atrelado às diversas condicionalidades, ou seja, a fala de algumas pessoas que desconhecem estas, somada a um preconceito até mesmo com a pobreza, gera uma rede invisível de desinformação, e somado a isso, desejo de alguns professores

e professoras (conforme as repostas de alguns questionários que veremos mais adiante) de que o programa em si é pouco benéfico e mal aplicado.

Contudo, seria importante que todos e todas conhecessem as condicionalidades referentes ao programa, antes de fazer afirmações sem conhecimento. De acordo com documento “Programa Bolsa Família” da Corregedoria-Geral da União (2012, p.12), são elas:

As famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) recebem um benefício financeiro mensal, que pode variar de R\$ 32,00 a R\$ 306,00, e, em contrapartida, assumem o compromisso de manter as crianças e jovens de seis a 17 anos na escola e fazer o acompanhamento de saúde de crianças, mulheres grávidas e mães que estão amamentando, além de manter crianças e adolescentes de até 16 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil nas atividades do Serviço Socioeducativo do PETI. Estas são as condicionalidades do Programa.

Conforme observamos, uma das condicionalidades impostas aos beneficiários e as beneficiárias do Programa Bolsa Família é a “manter as crianças e os jovens e as jovens entre seis a dezessete anos na escola”. Diante dessa afirmação, podemos concluir que são relatadas nas falas de alguns professores e professoras informações que poderiam ser consideradas abusivas do ponto de vista de pensar, antes de tudo, no bem estar do ser humano, já que não levam em conta as singularidades de educandos e educandas que deixariam os bancos escolares e não o fazem devido à existência desse benefício.

Através desta condicionalidade, verificamos que, de certa forma, todos e todas são obrigados e obrigadas a estar matriculados e matriculadas em nossas escolas. Sabemos que há alguns casos em que alguns educandos e educandas se evadem, mas essa “imposição” a essa matrícula ampliou, e muito, a quantidade de estudantes nas instituições públicas de ensino. Sabemos que em outros tempos, a escola foi elitista e reservada às pessoas que tinham alguma condição financeira para que se mantivessem estudando, e esse cenário foi alterado significativamente.

Essa ideia de que somente certas classes sociais poderiam frequentar a escola foi se alterando através de muitas lutas de classes sociais e foi formalizada principalmente com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, p.121). De acordo com isso, ela impõe:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006)  
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;  
III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de

Instituições públicas e privadas de ensino;  
IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Como podemos observar no inciso segundo, além das disposições que condicionam todos e todas a possuir matrícula escolar, também é responsabilidade dos governos dar igualdade de condições a todos e todas para que tenham permanência escolar (não só o fato de estar matriculado basta, é necessário que haja frequência). Pensando nisso, foram colocadas mais algumas condicionalidades ao Programa Bolsa Família, que são, de acordo com a cartilha de Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade, do Ministério da Educação (BRASIL; Ministério da Educação e Cultura, 2016, p.34):

- Monitorar a frequência escolar de estudantes incluídos no Programa Bolsa Família, que deve ser de 85%, no mínimo, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, que recebem o Benefício Variável Jovem (BVJ).
- Realizar a gestão do Sistema Presença, que recebe os registros da frequência escolar e dos motivos de baixa frequência, realizados pelas secretarias estaduais e municipais de educação.
- Consolidar dados e disponibilizá-los ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) a fim de subsidiar a gestão do Programa Bolsa Família (PBF).

De acordo com isso, e havendo a imposição da frequência relacionada, algumas outras soluções a problemas pontuais de algumas escolas foram amenizados, já que muitas das crianças e adolescentes que se evadiam dos bancos escolares o faziam para auxiliar a família na composição de renda, e de formas bastante variadas: através de trabalho infantil, alguns casos através da prostituição, ou ainda, através da entrada no mundo do crime. Isso é posto já que é importante pensarmos na humanidade destes educandos e educandas, e nas condições nas quais eles vivem, pois, isto influencia diretamente nas aprendizagens. Uma criança que vem com fome, mal vestida para o clima que precisa enfrentar, ou ainda, que precisa sair de casa de madrugada, ou enfrentar constantes conflitos familiares pode ter dificuldades na aprendizagem que, se não observadas, recairão sobre sua vida escolar de forma definitiva. FREIRE (1987, p.23) explica que “Não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conforma como violentados, numa situação objetiva de opressão”. De certa forma, todas essas vivências pelas quais passam nossos educandos e educandas, são violências contra eles, e das quais, eles sofrem influências, por vezes, irreparáveis. Essas violências que se impõem, lesam significativamente a dignidade humana de cada estudante e

negam o direito humano de igualdade de oportunidades e justiça social a todos e todas.

Diante disso, e baseado nessas observações (de como nossas escolas não estão preparadas para receber os educandos e educandas considerados por muitos professores e professoras como “diferentes”), e que são diuturnamente violentados em suas individualidades que, no ano de 2010, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República constitui o Programa Nacional de Direitos Humanos, que teve seus caminhos abertos através da constituição do documento *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*, que, sob nossos olhos, funciona ( BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007, p.11) :

[...] como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes e, para sua efetivação, todas as políticas públicas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã.

Diante dessa afirmação, o que precisamos compreender é que o Programa Bolsa Família é, justamente, uma tentativa governamental de promover a superação da pobreza em nosso país, não um instrumento de enriquecimento dos menos favorecidos economicamente. Afinal, os valores compreendidos nesse processo servem como auxílio, e não chegam próximo a um valor que se possa viver “somente com isso”.

Promover a igualdade é uma necessidade, e os educadores e educadoras e a sociedade no geral precisam compreender esse processo como o divisor de águas em um país com histórico de escravização de pessoas por anos com um fim “tão recente”, explorações de mão de obra dos povos nativos, de imigrantes, enfim, de algumas camadas da população que se mostram economicamente mais prejudicadas por esses motivos, até hoje.

### **3 METODOLOGIA**

Gil (2007, p. 17), nos explica que uma das definições de pesquisa pode ser compreendida como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Diante dessa afirmação, podemos compreender que o processo de desenvolvimento do presente artigo decorre da tentativa de compreender quais são as percepções dos docentes e das docentes da Rede Pública Estadual do Paraná sobre o Programa Bolsa Família.

Para tanto, a metodologia empregada buscou atrelar as diferentes teorias sobre educação com as opiniões dos e das maiores envolvidos e envolvidas no desenvolvimento da educação básica em nosso país: os professores e as professoras.

Nas atividades desenvolvidas com estes, notamos forte tendência para o senso comum, que é assim explicado por FONSECA (2002, p. 10):

A nossa vida desenvolve-se em torno do senso comum. Adquirido através de ações não planejadas, ele surge instintivo, espontâneo, subjetivo, acrítico, permeado pelas opiniões, emoções e valores de quem o produz. Assim, o senso comum varia de acordo com o conhecimento relativo da maioria dos sujeitos num determinado momento histórico. Um dos exemplos de senso comum mais conhecido foi o de considerar que a Terra era o centro do Universo e que o Sol girava em torno dela. Galileu ao afirmar que era a Terra que girava em volta do Sol quase foi queimado pela Inquisição. Portanto, o senso comum é uma forma específica de conhecimento. A cultura popular é baseada no senso comum. Apesar de não ser sofisticada, não é menos importante sendo crescentemente reconhecida.

As respostas fornecidas pela maioria dos professores e professoras são baseadas, de acordo com as respostas às nossas perguntas, em tentativas de responder sobre o Programa Bolsa Família, sem efetivamente terem contato com algum material que forneça algum embasamento teórico sobre o que ele é, e pior, somente repetem discursos que “ouviram falar”, normalmente feitos pela Equipe Pedagógica, que apresenta pouquíssimos dados nestas definições, já que não é o foco estudar sobre isso, por exemplo, em semanas pedagógicas, ou formações continuadas.

Da parte da construção do artigo, podemos compreender que a metodologia empregada em sua construção perpassa as seguintes características: pesquisa bibliográfica de caráter explicativa e abordagem qualitativa; pesquisa de campo e estudo de caso (ambas de caráter exploratório). Estas três fases, diante do percurso de construção da pesquisa, são facilmente identificáveis e possuem várias teorias e teóricos que as embasam.

Sobre a necessidade de uma pesquisa ser bibliográfica, FONSECA (2002, p.32) nos explica que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Esse tipo de pesquisa nos fornece subsídios imprescindíveis na construção do embasamento teórico de qualquer atividade científica, tendo em vista que através dela, podemos compreender com os olhos de diversos estudiosos os fenômenos que nos inquietam e desafiam na análise da contemporaneidade.

O segundo tipo de pesquisa abordada durante nossos estudos foi a pesquisa de campo, realizada no Colégio Estadual Bernardina Schleder, de União da Vitória, onde pudemos compreender muitos porquês relativos aos conceitos e preconceitos de professores e professoras com relação ao Programa Bolsa Família. Sobre isso, FONSECA (2002, p. 33) ressalta que este tipo de pesquisa faz referência “a obtenção de dados ou informações [...] ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, [...], utilizando um questionário como instrumento de pesquisa”.

O último tipo de metodologia empregado na produção deste artigo diz respeito ao estudo de caso. Houve a necessidade do emprego desta em virtude de sabermos quais eram os conhecimentos dos professores e professoras sobre o Programa Bolsa Família, bem como, quais eram as suas compreensões sobre o tema, e mais especificamente, se compreendem que este é um Projeto que contribui para a melhora da qualidade educacional em nosso país. Sobre isso, MARTINS (2008, p.11), ressalta que “mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”. Pensando nisso, utilizar de um estudo de caso nos faz ampliar nossas compreensões e entendimentos sobre os acontecimentos relativos à nossa época, descrevendo como está ocorrendo esta compreensão e ainda, comparando se a teoria que já existe serve para explicar o fato que estamos analisando.

O questionário (que está anexo ao trabalho) construído para aplicação com educadores e educadoras buscou compreender, principalmente, quais eram as opiniões e os conhecimentos destes agentes da educação sobre o Programa Bolsa

Família, e ainda, como percebem a ação do Programa dentro de suas práticas pedagógicas (se auxilia ou se não faria diferença no que diz respeito à aprendizagem e vida escolar de educandas e educandos). Ainda, buscamos compreender quais as disciplinas dentro das áreas do saber têm mais afinidade com os conhecimentos sobre o Bolsa Família, e ainda, analisar possíveis preconceitos com relação a este.

Para critério de esclarecimento, faz-se necessário explicar que, inicialmente, a pesquisa foi aplicada a dezesseis educadores e educadoras do Colégio Estadual Bernardina Schleder. Contudo, por um critério de pertinência ao tema, e para facilitar a tabulação dos dados, foram selecionados 10 educadores e educadoras, que forneceram respostas que esperávamos e outros, respostas surpreendentes, que nos respaldam de forma consistente na compreensão já citada neste artigo: a de que os educadores e educadoras, na sua formação, não recebem cargas expressivas de estudos nas áreas que fornecem subsídios à compreensão da individualidade dos seres. Através dessa compreensão, verificamos que os/as docentes, em alguns casos, acreditam que não há a necessidade de entendermos o mundo no qual nossos educandos e educandas estão inseridos.

#### **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Através do levantamento de dados retirados do questionário aplicado aos professores e professoras do Colégio Estadual Bernardina Schleder, muitas impressões interessantes foram feitas sobre como é visto o Programa Bolsa Famílias nesta Unidade de Ensino que atende tanto o Ensino Fundamental – Anos Finais - quanto o Ensino Médio, e possui cerca de 40,33 % de educandas e educandos beneficiárias do Programa Bolsa Família: 211 do total de 526 estudantes, conforme relato da secretária do estabelecimento, que preenche a planilha relativa à frequência escolar para informar o Núcleo Regional de Educação de União da Vitória.

Na pesquisa, foram entrevistados e entrevistadas no total, dez pessoas, conforme apresenta a tabela 1:

TABELA 1 –Tabela de apresentação dos entrevistados e entrevistadas.

<b>Docente e sexo</b>	<b>Tempo no Magistério</b>	<b>Tempo no Colégio foco da pesquisa</b>
-----------------------	----------------------------	--

E.H.M- feminino	46 anos	3 anos
M.C.P.- feminino	30 anos	15 anos
A.A.A- masculino	23 anos	21 anos
M. G- feminino	20 anos	10 anos
F.J.B- masculino	19 anos	16 anos
R.J.F- masculino	16 anos	2 anos
J. R- feminino	15 anos	2 anos
C.O. S- feminino	10 anos	4 anos
E. S. P- feminino	8 anos	2 anos
P.H.K.S- masculino	1 ano	5 meses

FONTE: AUTORA (2016).

Na questão das disciplinas, houve respostas de quase todas elas (tanto do Ensino Fundamental, quanto do Médio), com exceção das disciplinas de Geografia, Sociologia e Filosofia (a escola estava com o professor responsável por estas disciplinas em licença para tratamento de saúde).

Na sequência, a questão colocada aos professores e professoras foi sobre quais eram os conhecimentos deles com relação ao programa Bolsa Família. As respostas foram as mais variadas possíveis, mas pela análise destas, pudemos compreender que, na realidade, a maioria dos e das docentes não tem informações aprofundadas sobre o que ele é, e sobre quais as condicionalidades do mesmo. Essa percepção é complicada, já que compreendemos assim que nossos educadores e educadoras não estão preparados para entender as situações de vida desses e dessas estudantes, e tampouco compreenderão como tudo isso afeta de forma proporcional suas aprendizagens.

A questão de número 6, que verificava os conhecimentos dos e das docentes sobre terem conhecimento acerca da quantidade de educandos e educandas beneficiários do Programa Bolsa Família. As respostas não nos surpreenderam: seis entrevistados e entrevistadas afirmaram não saber quantos educandos e educandas há, três fizeram uma tentativa de acerto (mal sucedida), e uma educadora – a professora Pedagoga da escola- acertou o número. Analisando essa situação, verificamos que não há interesse em conhecer esses números, e somente quem atua junto ao Programa os tem de forma concreta.

Na continuidade, a questão colocada foi a solicitação para que os professores e professoras colocassem quais os motivos julgavam ser importantes para que os educandos e educandas pudessem receber o benefício da Bolsa Família. Os

motivos apontados margearam o discurso de senso comum, como baixa renda, situações de vulnerabilidade social, prevenção ao trabalho infantil, auxílio na compra de materiais escolares e uniforme, manutenção da frequência escolar, entre outros. Nada que nos surpreendesse pelo pensamento teórico-filosófico ou algum aprofundamento teórico de compreensão da realidade social desses e dessas estudantes.

Continuando a análise criteriosa dos questionários, verificamos que a próxima questão trouxe em seu bojo dados bastante contundentes sobre as opiniões e percepções de professores e professoras sobre o Bolsa Família: quando questionados sobre o que acham, muitos apontaram novamente fatores financeiros/de recursos materiais como provocadores dessa necessidade, sem no entanto, elencar os motivos sociais, econômicos e de retirada de muitas famílias da pobreza extrema. Falas como a da professora E; que defende que “a maioria das famílias só querem “viver” somente com a bolsa”, ou do professor R; que explicita que “percebo que muitas famílias deixam de produzir para o país com receio de perder o benefício”, reproduzem a visão de uma sociedade que tem muitas pessoas que acreditam que estas pessoas são irresponsáveis do ponto de vista de produção de capital para ajudar a nação, e que são responsáveis pela própria situação de miséria em que se encontram, e pior, não querem sair deste estado. O ponto comum apresentado em quase todas as questões é o fato de que falta fiscalização na aplicação do Projeto, ressaltado por quatro docentes.

A próxima questão colocada no questionário era sobre o ponto de vista pedagógico, e se os professores e professoras acreditam que o PBF auxilia na aprendizagem, e de que forma isso se manifesta, justificando caso achassem que não há impacto positivo. As respostas foram quase todas afirmativas, sendo que foram colocadas como motivações: o auxílio à frequência escolar, a melhora na alimentação e vestuários dos educandos e educandas, a diminuição da necessidade de trabalhar para auxiliar na renda familiar, entre outras. Já na visão negativa, duas respostas soaram estranhas a nossos olhos: a primeira a de R (2016) que “Muitos “estudantes” não tem nem mesmo um lápis para as atividades. Por outro lado, se percebe que celulares e tênis de marca estão sempre ao alcance dos alunos”; e a outra de P.H. (2016), que afirmou algo que nos parece incoerente, dizendo que “Não. Eu acredito que para estudar em uma escola pública, não necessita sequer de nenhum benefício, e sim apenas de querer crescer e aprender”. Sob nossa

percepção, essa fala demonstra que temos na educação personagens que ainda acreditam que pobreza é sinônimo de ser descompromissado com a vida, e que é “cômodo” ser pobre e não sair desse estado de miséria.

Finalmente, a última questão verificou se os professores e professoras tinham interesse em conhecer mais sobre o Programa Bolsa Família, o que foi aceito por oito dos entrevistados e entrevistadas, e dois afirmaram não ter interesse em conhecer o Programa, pois, da forma como ele se apresenta, não é bom sequer compreendê-lo, (sugeriram que ele precisa ser reformulado, para que possa alcançar seus objetivos).

Após finalizar as análises criteriosamente, uma compreensão bastante clara de um fato nos chamou muito a atenção: a maioria das respostas que apresentavam dados contra o Programa Bolsa Família foi fornecida por educadores do sexo masculino. Isso nos revela um paradigma muito próximo ao que compreendemos enquanto sociedade, observada no seu cotidiano, que revela enlaces de machismo e misoginia (pois, até mesmo como condicionalidade do programa, é a mulher quem recebe o benefício). Dentre essas respostas, uma nos chamou fortemente a atenção, pois ela criticava duramente às pessoas que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, chamando-os, nas entrelinhas, de “desocupados, que utilizam o benefício para usos supérfluos”. Essa visão partiu de um educador da área das ciências biológicas. E é uma visão totalmente equivocada da real missão do benefício.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma das maiores discussões que se alongam em tempo e em qualidade de debate em nosso país atualmente é a que é feita relativa à educação. Verificamos que esta teve alguma evolução, mas ainda estamos muito longe em se comparando com a educação praticada em outros países, e até mesmo países em desenvolvimento como a China e a Rússia. Acreditamos que isso se deve ao fato de que, se evoluíssemos na prática (efetivamente) na mesma proporção que evoluímos teoricamente (conforme apontado em avaliações de responsabilidade, por exemplo, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP), já teríamos, pelo menos uma educação de padrão regular.

O problema da qualidade na educação no Brasil não é apenas um, mas sim um compêndio de problemas: má gestão dos recursos públicos, tanto na esfera de governos democraticamente eleitos, quanto, dos gestores e gestoras imediatos(as) das escolas; falta de planejamento acerca do que precisa ser realizado para que tenhamos melhores condições no trabalho pedagógico – inclusive Planos Municipais, Estaduais e Federais de Educação que sejam efetivamente implantados, pois, suas teorias são poderosas, mas verificamos que pouco disso que é pensado pelos educadores e educadoras é aplicado de forma efetiva, e nem se falando da estrutura física da maioria das escolas, que normalmente são precárias; investimento insuficiente na área da educação (pois, compreendemos que não é interesse de alguns governos uma educação de qualidade para todos).

Para atrapalhar, há ainda uma série de fatores externos às escolas, como por exemplo, as condições econômicas e sociais das famílias - que interferem direta e fortemente na educação de nossos educandos e educandas da rede pública de ensino.

Essa condição – a socioeconômica – durante muito tempo após a imposição da obrigatoriedade da escolarização no Brasil atrapalhou (e ainda atrapalha) as metas que almejamos de uma educação que seja para todos e emancipatória. A formação dos e das docentes ainda ocorre para que se possa ministrar aulas aos estudantes “ideais”, que são os que são obedientes, os que não questionam, aqueles que realizam todas as atividades no prazo, sem dificuldades e corretamente, limpos e preferencialmente, cheirosos e bem vestidos. A escola, do alto de seu “pedestal do saber”, e nos seus Conselhos de Classe, rotulam e diminuem os sujeitos que mais precisam dela.

São grandes as falhas que são vivenciadas em se falando da criação de vagas para todos/as que necessitam desta na Rede Pública de ensino, a questão da evasão escolar que ainda é recorrente (conforme nossas experiências verificamos que os/as adolescentes e jovens abandonam os bancos escolares com muita frequência, e por vezes, de forma irreversível, mesmo com o trabalho conjunto da Equipe Pedagógica, Conselhos Tutelares, Varas da Infância e Juventude, entre outros órgãos colegiados).

Essa carência traz consigo, ainda, mais alguns desvios do caminho que deveria ser traçado corretamente nas escolas: distorções de idade-série, aprendizagem abaixo do esperado (educandos e educandas que não estão plenamente

alfabetizados no 6º ano do Ensino Fundamental II, por exemplo – uma de nossas experiências educacionais mais desafiadoras), e conseqüentemente, reprovação.

A tentativa do Programa Bolsa Família é a de, justamente, atuar em todos esses problemas acima citados. A ideia de uma renda que auxilie as famílias a sair das condições de extrema miséria, e que compreenda seu papel em ser promotora de educação e formação para seus dependentes é extremamente necessária para um país como o nosso, onde educação costuma ser compreendida por alguns e algumas como algo “caro” e destinada a alguns eleitos/as e com mais direitos que os/as outras cidadãos e cidadãs.

Contudo, se muitas das personagens principais da ação educativa não compreendem a tessitura de um programa como este, é preciso que os façamos compreender a mudança que pretendemos ter. Educação, cuidados com as gerações que aí estão, preservação da infância como momento de formação do indivíduo, entre outras promoções que só são possíveis à partir do momento que passamos a compreender que somos todos responsáveis por isso, e que o valor que recebem estas famílias, não empobrece o governo, não enriquece quem recebe, e serve para que eles adquiram algo que, secularmente, esteve perdido para muitos dos brasileiros: a dignidade.

Se almejamos uma educação que tenha qualidade e seja, de fato, para todos/as, é necessário agir imediatamente, sem perder tempo, para obter resultados ainda que pequenos, mas que atinjam estes/as adolescentes e jovens que passam e necessitam de investimento agora. Faz-se necessário ter consciência e compromisso de não perder tempo e fazer o máximo possível, planejar metas a curto, médio e longo prazo à partir da escola onde o problema se apresenta, através das ações articuladas em Redes de Proteção com todos/as os envolvidos/as no processo. O Programa Bolsa Família é um excelente promotor disso, pois, está agindo na geração “de ontem”, para que a “de hoje” não sofra dos mesmos males, e para que a o da amanhã seja mais e mais consciente e sensível para a mudança que só pode acontecer através da educação.

A compreensão do mundo no qual os sujeitos que estão inseridos nas Redes Públicas de Educação de nosso país é uma necessidade que cada vez mais tem se mostrado como um instrumento que pode fornecer aos educandos e educandas a tão desejada emancipação e autonomia cidadã.

Acreditamos que, como soluções aos problemas relativos ao “desconhecimento” acerca de nossos educandos e educandas – e de suas especificidades de vida -, há a necessidade de empreendermos políticas públicas que tencionem ao conhecimento sobre os nossos alunos, principalmente no que diz respeito às suas vidas escolares anteriores.

Os/as docentes, principalmente os atuantes no Ensino Fundamental II, precisam receber os educandos e educandas com informações mínimas para que possam iniciar o trabalho pedagógico. Isso poderia ser concretizado através de, por exemplo, uma ficha que fosse preenchida com informações biopsicossociais (a exemplo da que é feita para o encaminhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais, e que frequentam salas de recursos multifuncionais), e que passasse para a leitura dos e das docentes em momentos, por exemplo, da semana pedagógica.

Se tudo é imposto como “missão educativa” aos professores e professoras (e também quando um trabalho não dá certo, é imputada a eles a culpa), é preciso fornecer subsídios para que as informações comecem a circular nas mãos de quem precisa.

Uma atividade como esta auxiliaria sobremaneira na compreensão de que temos, de fato, um novo processo de transição da história (não só do Brasil, como a do Mundo), da sociedade e da política, aonde vem à tona a urgência de cidadãos mais críticos e conscientes, que se tornem reflexivos e capazes de atuar no local onde estão inseridos como sujeitos que possam transformar a sua e a da comunidade e sociedade em que vivem, cooperando de forma inteligente para a construção de práticas sociais de respeito às diversidades, de solidariedade, justiça social, e cultura da paz onde todos/as tenham oportunidades e possibilidades de melhorar de vida. Esse é, pois, o papel dos governos, da escola e das famílias: educadores, educadoras e educandos e educandas como sujeitos que fazem a sua história, conscientes da importância que têm na sua participação social e política, ser e estar no mundo e com o mundo.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL.** Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:** 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192). Acesso em 18 de outubro de 2016.

**BRASIL.** **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

**BRASIL,** Controladoria Geral da União. **Programa Bolsa Família:** Orientações para acompanhamento das ações do Programa Bolsa Família. Brasília, 2012. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/control-social/arquivos/bolsafamilia2012.pdf>. Acesso em 24 de setembro de 2016.

**BRASIL,** Ministério da Educação. **Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade** - Condicionalidade em educação do Programa Bolsa Família – PBF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17451-acompanhamento-da-frequencia-escolar-de-criancas-e-jovens-em-vulnerabilidade-condicionalidade-em-educacao-do-programa-bolsa-familia-pbf-novo>. Acesso em 24 de setembro de 2016.

**DAMASCENO, M.N. & SILVA, I.M.** **Saber da prática social e saber escolar:** Refletindo essa relação. In: Anais da 19ª Anped, 1996.

**FIorentini, D. & Souza e MeLo, G.F.** **Saberes docentes:** Um desafio para acadêmicos e práticos In: GERALDI, C. (org). Cartografias do trabalho docente: Professor(a)-pesquisador(a). Campinas: Mercado das Letras, ALB, 1998.

**FONSECA, J. J. S.** **Metodologia da Pesquisa Científica.** Curso de Especialização em Comunidades Virtuais de Aprendizagem. Centro de Educação. Universidade Estadual do Ceará, 2002. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=oB5x2SChpSEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 16 de outubro de 2016.

**FREIRE, Paulo.** **Pedagogia do Oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

**GIL, A. C.** **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

**MARTINS, G. A.** **Estudo de caso:** uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

**TARDIF, M.; LESSARD & LAHAYE. Os professores face ao saber: Esboço de uma problemática do saber docente. Teoria & Educação nº 4, Porto Alegre: Pannônica, 1991.**

## **APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES DO COLÉGIO ESTADUAL BERNARDINA SCHLEDER SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**



### **Questionário docente sobre o Programa Bolsa Família.**

As perguntas a seguir servirão de embasamento ao trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Solicito que o Senhor(a) seja o mais honesto(a) possível, já que os dados (e somente eles) servirão para analisar como tem se desenvolvido o Programa Bolsa Família dentro desta Instituição de Ensino.

- 1) Nome(opcional):  
\_\_\_\_\_
- 2) Há \_\_\_\_\_ quantos \_\_\_\_\_ anos \_\_\_\_\_ atua \_\_\_\_\_ no \_\_\_\_\_ Magistério?
- 3) Há \_\_\_\_\_ quantos \_\_\_\_\_ anos \_\_\_\_\_ atua \_\_\_\_\_ na \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ Ensino \_\_\_\_\_ foco \_\_\_\_\_ dessa \_\_\_\_\_ pesquisa?
- 4) Qual \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ sua \_\_\_\_\_ disciplina \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ atuação?
- 5) O que sabe sobre o Programa Bolsa Família (quem pode receber, de quanto é o benefício, entre outros dados)?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 6) Sabe quantos alunos são beneficiários na sua escola?  
( ) Sim Quantos (aproximadamente)? \_\_\_\_\_ ( ) Não
- 7) Quais os quatro motivos mais importantes, na sua concepção, para que um aluno receba o benefício da Bolsa Família?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 8) Qual sua opinião e percepção sobre o programa Bolsa Família?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 9) Do ponto de vista pedagógico, você acredita que o Bolsa Família auxilia na aprendizagem? E de que forma isso se manifesta? Se não, justifique.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

---

10) Gostaria de conhecer de forma mais aprofundada o Programa Bolsa Família? Acha isso importante? (    ) Sim    (    ) Não Justifique sua resposta da questão anterior:

---

11)